

Determinantes socioeconômicos do radicalismo eleitoral: o caso de Goiás

GABRIELA TOSCANO
NADYA ARAUJO CASTRO *

1. Orientações teóricas gerais; 2. Aspectos históricos das lutas políticas; 2.1 A atuação das oligarquias em Goiás; 2.2 A atuação das esquerdas em Goiás; 3. Os determinantes do radicalismo; 3.1 As eleições de 1945-47; 3.2 As eleições de 1962; 3.3 As eleições de 1970.

1. Orientações teóricas gerais

A história das teorias estruturais acerca do radicalismo político encontra a sua primeira formulação sistemática nas obras de Marx e Engels. Para estes autores o radicalismo da classe operária tenderia a se aguçar como uma decorrência do desenvolvimento do modo de produção capitalista. O incremento da desigualdade no acesso aos recursos sociais disponíveis, aceleraria o processo de pauperização, seja do proletariado, seja de camadas inferiores da antiga classe média (pequenos industriais e comerciantes, artesãos, etc.) que passariam a sofrer um processo de proletarianização; operar-se-ia assim uma crescente polarização, aproximando-se a estrutura

* Universidade de Brasília.

de classes de um modelo dicotômico, com o controle assimétrico das fontes de poder por parte de um dos pólos desta dicotomia.¹

“Ora, a indústria desenvolvendo-se não só aumenta o número dos proletários, *mas concentra-os em massas cada vez mais consideráveis*; sua força cresce e eles adquirem maior consciência dela.”²

A organização do proletariado como classe *para si* passa a ser então um fator interveniente de importância crucial para as suas análises; somente quando preenchida tal condição seria exequível levar a luta política às últimas conseqüências — a derrocada do sistema capitalista. Neste sentido o desenvolvimento econômico capitalista pode ser encarado como uma condição necessária, mas não suficiente, para a expressão do radicalismo político.

No entanto, as mudanças qualitativas operadas neste desenvolvimento impactuaram profundamente na estrutura de classes, não de modo a invalidar as predições de Marx sobre o desaparecimento da antiga classe média, mas de forma a introduzir um novo fator, qual seja, o surgimento do que se costuma chamar de “nova classe média”. Seu comportamento político aproximar-se-ia muito mais claramente de um padrão conservador, sendo que a sua importância tenderia a aumentar à medida que crescesse o seu contingente numérico.

Todavia o problema que irá servir de apelo para o questionamento do modelo marxista será dado pela não ocorrência de revoluções socialistas nos países mais desenvolvidos industrialmente.³ Forma-se então uma nova corrente de interpretação que se coloca no pólo oposto ao adotado por Marx. Enquanto que para este haveria uma relação positiva entre desenvolvimento econômico capitalista e radicalismo político, a nova perspectiva teórica vai reconhecer uma associação inversa entre os dois fenômenos.

¹ É interessante assinalar que esta parece ser uma tendência *do modo de produção capitalista*, entidade abstrato-teórica, não tendo necessariamente que se manifestar em todas as formações econômico-sociais que tenham como dominante este modo de produção.

² Marx, Karl & Engels, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*, Editorial Vitória, Rio, 1963, p. 32. Os grifos são de nossa autoria.

³ É curioso que o próprio Marx não tenha afastado a possibilidade de uma revolução proletária na Rússia. Segundo palavras suas e de Engels, “ao produzir-se a revolução de 1848-49, não só os monarcas da Europa como também a burguesia européia, viam na intervenção russa o único meio de salvação contra o proletariado que começava a despertar. O Czar foi aclamado como chefe da reação européia. Pois, agora ele é, em Gatchina, prisioneiro de guerra da revolução, *e a Rússia está na vanguarda do movimento revolucionário da Europa...* Cabe, pois a pergunta: poderia a comunidade rural russa... passar diretamente a forma superior da propriedade coletiva, à forma comunista ou, pelo contrário, deverá primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui o desenvolvimento histórico do Ocidente?” In: Prefácio à edição russa de 1882 do *Manifesto do Partido Comunista*, op. cit., p. 12-3; (os grifos são de nossa autoria.)

W. Kornhauser,⁴ com base em dados internacionais, obteve correlações *negativas* para a associação entre indicadores de desenvolvimento industrial e radicalismo político, medido este último pela percentagem de votos conferidos aos partidos comunistas. S.M. Lipset reforça esta posição justificando que “o desenvolvimento econômico, gerando um incremento de renda, maior segurança econômica e mais difundida educação superior, determina substancialmente a ‘luta de classes’, ao permitir aos componentes dos estratos inferiores que desenvolvam perspectivas a mais longo prazo e concepções mais complexas e gradualistas da política... Nas duas nações mais ricas, Estados Unidos e Canadá, não só os Partidos Comunistas são quase inexistentes como os partidos socialistas jamais lograram estabelecer-se como forças importantes”. Por outro lado, “o extremismo comunista... dominou a política das classes trabalhadoras em duas nações européias que pertencem ao grupo abaixo de 500 dólares de renda per capita: a Espanha e a Grécia”.⁵

É interessante notar que subjacente a estas formulações encontra-se a constatação de que o desenvolvimento capitalista do século XX, contrariamente à posição de Marx, não ativou o processo de pauperização relativa das classes baixas.

Para estes autores, tendo o desenvolvimento econômico capitalista deixado de ser um processo correlato ao incremento do radicalismo, passou a ter como fenômeno concomitante a democracia política do tipo ocidental.

P. Cutright, criticando os critérios de construção da escala de democracia elaborada por Lipset, empreendeu um estudo detalhado das relações entre desenvolvimento econômico, democracia e estabilidade política.⁶ Contudo, acerbas críticas lhe foram dirigidas, sobretudo devido ao caráter claramente normativo de certos componentes do seu índice de desenvolvimento político.⁷ Todavia suas conclusões vêm reforçar esta perspectiva não-marxista; assinalando a interdependência entre características das instituições políticas e características socioeconômicas (sistema educacional, desenvolvimento econômico, sistema de comunicação, urbanização e distribuição da força de trabalho), o autor conclui pela existência de uma relação *positiva* entre a variável dependente e aquelas tomadas como independentes.

Hipóteses mais específicas são encontradas em Cutright e Wiley.⁸ Neste estudo os autores ressaltam que:

⁴ Kornhauser, William. *Aspectos políticos de la sociedad de masas*, Amorrortu Editores, Buenos Aires, 1969.

⁵ Lipset, S. Martin. *O Homem político*, Zahar, Rio, 1967, p. 60-1.

⁶ Cutright, Phillips. National political development: measurement and analysis. In: *American Sociological Review*, abr. 1963; Cutright, P. & Wiley, James. *Modernization and political representation: 1927-1966*, Washington University, 1968 (mimeo.).

⁷ A título de exemplo podemos citar a escolha do bicameralismo como indicador positivo de desenvolvimento político, o que revela uma perspectiva claramente etnocêntrica.

⁸ Cutright, P. & Wiley, J. op. cit.

- a) o montante de mudança política é *baixo* em nações que mantêm altos níveis de alfabetização e segurança econômica;
- b) o mesmo mostra-se *alto* quando a altos níveis de alfabetização correspondem baixos níveis de segurança econômica;
- c) contudo, uma reduzida alfabetização seria condição suficiente para tornar *baixo* o montante de mudança política.

Um outro tipo de crítica à abordagem de Lipset pode ser encontrado no trabalho de R. Marsh e W. Parish.⁹ Visaram estes autores empreender um novo teste da sua hipótese alterando uma única condição com relação à pesquisa original: aumentou-se o tamanho da amostra.

Curiosamente chegaram a conclusões que, na maioria das vezes, opõem-se às formuladas por Lipset. Segundo este autor a relação negativa entre desenvolvimento econômico e radicalismo político pode ser explicada na medida em que são as áreas menos desenvolvidas as que apresentam uma maior desigualdade, impondo a setores menos favorecidos a percepção de uma privação relativa; tais fatores tendem a se anular com o acesso a níveis de desenvolvimento gradativamente superiores.¹⁰ Marsh e Parish concluem inicialmente que um baixo nível de modernização, termos nos quais é colocada a questão pelos autores, não é uma condição suficiente para a expressão do radicalismo; sendo os coeficientes de correlação muito baixos, consideram que este fator pode ser tido apenas como uma condição necessária, dotada de restrito efeito independente.¹¹

Nestes termos passam a considerar as outras variáveis que, em conformidade com Lipset, especificariam a hipótese básica. Pela primeira destas qualificações, em conjunturas de rápida industrialização os Partidos Comunistas vêem a sua força acentuada, pois criam-se profundas discontinuidades entre as situações industriais e pré-industriais; pela análise de correlações os autores verificaram a *inexistência* de associação entre indicadores de industrialização e de radicalismo. A segunda qualificação não encontrou confirmação na medida em que a força dos partidos reformistas, não-comunistas, apenas se mostrou inversamente correlacionada com a força dos Partidos Comunistas (conforme a hipótese de Lipset) quando se considerava os países da Europa. Finalmente, os resultados não se mostraram mais animadores quando se subdividiu a amostra com vistas a levar em conta a terceira qualificação de Lipset, qual seja, as variações regionais.

⁹ Marsh, Robert M. & Parish, William L. Modernization and Communism: a Re-test of Lipset's Hypotheses. In: *American Sociological Review*, v. 30, n. 6, dez. 1965, p. 934-42.

¹⁰ Notamos que todos estes autores em alguma medida confundem desenvolvimento econômico, crescimento econômico e modernização. A maioria deles toma indicadores de crescimento como expressão de desenvolvimento, o qual, na maior parte das análises, é tratado em termos de um processo de modernização.

¹¹ Marsh, R. & Parish, W. op. cit., p. 942.

Estudos mais recentes caracterizaram-se não por negar validade às formulações de Lipset, mas por tentar reduzir o âmbito de sua aplicabilidade. A partir da análise das relações entre desenvolvimento e radicalismo, G. Soares verificou que, a nível *intranacional*, tais fenômenos comportaram-se da forma prevista nas formulações marxistas.¹² Por outro lado, tendo as análises antimarxistas tradicionalmente se caracterizado por empreenderem cortes no tempo, não poderiam pretender um teste da hipótese de Marx que supunha a utilização de séries históricas de dados.

Assim, conferindo validade às descrições de Marx, Engels e outros autores, a respeito das relações entre desenvolvimento econômico e estrutura de classes, Soares é induzido à hipótese da *curvilinearidade* nas relações entre desenvolvimento e radicalismo visto considerar que, ao invés de verificar-se uma deterioração da estrutura de classes, conforme previsto por Marx e Engels, ter-se-ia operado o processo oposto, o qual, dada a relevância do poder interveniente das características da estrutura de classes sobre a expressão do radicalismo, teria invertido a relação entre este e o desenvolvimento econômico.

Com base nestas considerações propõe o que denomina *teoria do hiato*, capaz de explicar tais relações. Expondo simplificadamente o seu princípio básico teríamos que quanto maior o hiato entre o desenvolvimento econômico e os benefícios em massa gerados por este processo (ou seja, quanto menor o desenvolvimento social), maior seria o nível de percepção de um estado de privação relativa, que teria como reação bastante provável a maior expressão do radicalismo político.

“A hipótese que sugerimos é que *dentro* de países, os estados economicamente mais desenvolvidos são os que apresentam maior hiato, porém entre países são os subdesenvolvidos que apresentam maior hiato.”¹³

Segundo o autor, as teorias contemporâneas não teriam refutado Marx pelo simples fato de que a sua análise estava correta. Nas etapas iniciais do capitalismo este hiato seria bastante acentuado, daí porque, a nível internacional, quanto maior desenvolvimento maior a probabilidade de expressão do radicalismo; todavia, o desenvolvimento do capitalismo nas últimas décadas teria reduzido este hiato, daí porque ter-se-ia invertido esta relação.

Num trabalho posterior, R. Benjamin e J. Kautsky¹⁴ reforçam a hipótese da curvilinearidade. Com o intuito de buscar uma explicação, não fornecida pelos simples coeficientes de correlação, os autores sugerem que “os Partidos Comunistas em diferentes tipos de sociedades agregam diferentes interesses”.¹⁵ Com base neste raciocínio reorganizam o conjunto

¹² Soares, Gláucio Ary Dillon. *Economic development and political radicalism*, Washington University, 1964, p. 14. (mimeo.)

¹³ Soares, Gláucio Ary Dillon. *Desarrollo económico y radicalismo político*. In: J. Kahl (ed.), *La industrialización en América Latina*, Fondo de Cultura Económica, México, 1965, p. 521.

¹⁴ Benjamin, Roger W. & Kautsky, John H. *Communism and economic development*. In: *The American Political Science Review*, v. LXII, n. 7, Mar., 1968, p. 110-23.

¹⁵ Benjamin, Roger W. & Kautsky, John H. op. cit. p. 113.

de países considerados em cinco tipos sociais, caracteristicamente diversos em termos do processo de desenvolvimento econômico; estabelecem, assim, quais as condições inerentes a cada um dos tipos criados que suscitarão formas diversas de atuação e aceitação dos Partidos Comunistas. Finalmente, “como um cheque para a ... alocação de países aos tipos sociais e, logo, para a ... interpretação da relação curvilínea entre desenvolvimento econômico e força do Partido Comunista, relacionamos os cinco tipos sociais, seja ao desenvolvimento econômico, seja à adesão ao Partido Comunista”.¹⁶ Os resultados obtidos orientaram-se na direção esperada pelos autores, confirmando a hipótese da curvilinearidade.

Contudo, o estudo da relação entre radicalismo e desenvolvimento tem estimulado trabalhos de tipo diverso, mais orientados para uma avaliação metodológica do conhecimento produzido. G. A. O'Donnell¹⁷ fornece-nos uma das contribuições mais recentes neste estilo de trabalho. Suas críticas referem-se fundamentalmente ao grau de compatibilidade entre as expectativas teóricas dos estudiosos deste tema e os instrumentos de técnica estatística utilizados. A “equação de desenvolvimento econômico com democracia política”, conforme denominação do autor, poderia ser resumida, segundo O'Donnell, por meio das três hipóteses básicas seguintes:

“a) se outros países atingissem o nível de riqueza dos atualmente mais desenvolvidos haveria uma alta probabilidade de que passassem a ser democracias políticas;

b) ... ainda que estes países não cheguem a este nível de riqueza, à medida em que esta aumente crescerá neles a probabilidade de emergência ou consolidação da democracia política;

c) ... tomados os países subdesenvolvidos, aquele que é relativamente mais rico é mais provável que seja também uma democracia política.”¹⁸

Dadas estas expectativas teóricas, a crítica fundamental de O'Donnell refere-se à utilização da análise correlacional como instrumento para testá-las. Isto porque sendo a análise de correlações uma fotografia da realidade é, enquanto tal, estática e a-histórica, não permitindo quaisquer afirmações de caráter genético-explicativo. Apenas poderia tal técnica ser utilizada na medida em que fosse aceita a premissa de que o desenvolvimento dos atuais países subdesenvolvidos seguiria em essência a mesma linha verificada no caso dos países já desenvolvidos; neste sentido, estes se constituíram no modelo a ser atingido no decurso do processo de desenvolvimento.

Caso esta premissa não seja tomada em consideração, o caráter falacioso deste raciocínio torna-se evidente para o autor, vez que “enquanto os

¹⁶ Benjamin, Roger W. & Kautsky, John H. op. cit. p. 118.

¹⁷ O'Donnell, Guillermo A. *Democracia y desarrollo económico social*, trabalho apresentado no Seminário sobre Indicadores Sociais do Desenvolvimento Nacional na América Latina, Rio de Janeiro, maio de 1972.

¹⁸ O'Donnell, Guillermo A. op. cit. p. 6.

dados destes estudos são para um *conjunto de países em um só ponto no tempo*, as relações e tendências postuladas referem-se a *mudanças ao longo do tempo em cada uma das unidades* incluídas no conjunto... Em termos estatísticos adequados para a utilização dos dados quantitativos poderia dizer-se que a inferência causal implica ingressar na lógica da análise de regressão, abandonando a de correlação. Porém, a única linha de regressão que tem sentido para estudar mudanças, relações causais e tendências em uma unidade, ao longo do tempo, é aquela construída — obviamente — com dados e indicadores *históricos da mesma unidade*".¹⁹

Por outro lado, O'Donnell assinala a incursão, por parte de alguns autores, na forma mais conhecida de falácia ecológica, qual seja, considerar que coeficientes obtidos para coletivos possam ser traduzidos para elementos ou subconjuntos destas unidades de dados.

Tais problemas têm sua origem no conteúdo das variáveis usadas para a análise das relações entre desenvolvimento econômico e radicalismo político. Estes estudos refletem situações onde *"apenas se conhece as características analíticas* de um conjunto de subpopulações, nada se sabendo das propriedades individuais a partir das quais elas são criadas".²⁰ O termo "características analíticas" é usado por R. Boudon por referência à noção de variável analítica desenvolvida por Lazarsfeld para designar aquela variável obtida pela "aplicação de uma operação matemática a variáveis definidas a partir de indivíduos".²¹ A utilização de dados agregados provenientes, na maioria das vezes, de estatísticas administrativas faz com que os problemas relacionados à utilização de variáveis analíticas tenham fundamental importância para os estudos sobre desenvolvimento e radicalismo.

Um primeiro problema diz respeito ao modo de interpretar uma proposição definida a partir de coletivos. Assim, de posse de uma conclusão no seguinte teor: "quanto maior for a percentagem de operários numa dada região, maior deverá ser a percentagem de voto comunista" será possível interpretá-la em termos individuais, afirmando que *"são os operários que votam nos comunistas?"* Em se tratando de uma variável analítica não é possível "afirmar nem que uma proposição definida a partir de coletivos contenha a verdade da proposição individual correspondente, nem que seja equivalente a esta proposição".²²

Outro problema diz respeito ao que se consagrou na literatura especializada como "efeito de agrupamento", pelo qual entende-se o aumento

¹⁹ O'Donnell, Guillermo A. op. cit. p. 9-10. Os grifos são de nossa autoria.

²⁰ Boudon, Raymond. L'analyse des structures causales: les cas particuliers de l'analyse écologique et de l'analyse contextuelle. In: *L'analyse mathématique des faits sociaux*. Plon, Paris, 1967, p. 161. Os grifos são de nossa autoria.

²¹ Lazarsfeld, Paul. Latent structure analysis. In: Sigmund Koch (ed.) *Psychology: a study of science*, v. III, New York, McGraw-Hill, p. 476-543, apud Raymond Boudon, op. cit., p. 160-1. Esta tipologia de variáveis, a partir do modo de sua construção envolve, além das variáveis do tipo analítico, duas outras denominadas estruturais e globais. Devido ao interesse deste trabalho apenas a primeira aparece aqui definida.

²² Boudon, R. op. cit., p. 162. Isto equivale a dizer que a correlação individual não pode ser deduzida da correlação obtida a partir de unidades coletivas.

do coeficiente de correlação coletiva à medida em que se empreenda um reagrupamento das unidades sobre as quais o mesmo foi calculado.²³

Apesar do arsenal de problemas de que é portadora, a análise ecológica consagrou-se nos últimos anos, a partir de sua larga utilização na literatura acerca das relações entre desenvolvimento e radicalismo. Esta grande aceitação advém da própria vantagem que o estudo de eleitorados tem sobre o estudo de votantes individuais. Estes últimos empreendidos com base em análises de *survey*, caracterizadas por seu alto custo, transformam-se em exaustivas pesquisas microscópicas, altamente restritas a pontos particulares no tempo e espaço. Com isto anula-se a possibilidade de uma compreensão globalizante do processo político a níveis mais abrangentes. A análise de dados agregados permite este tipo de compreensão vez que não exclui a possibilidade de interpretação das mudanças políticas fundamentais ao longo do tempo.²⁴

Conscientes da utilidade e limitações da análise ecológica tentaremos aplicá-la ao estudo de um caso concreto: o estado de Goiás.

2. O aspecto histórico das lutas políticas²⁵

O estudo do radicalismo eleitoral em sua expressão no contexto da política goiana supõe a compreensão, de modo associado, por um lado, das configurações fundamentais assumidas pelo controle oligárquico do poder político em Goiás e, por outro, do quadro político nacional em que se encontram inseridas estas disputas de âmbito local. Interessa-nos aqui discutir dois aspectos que nos parecem de crucial importância:

- a) a origem e os desdobramentos do controle oligárquico da política goiana;
- b) as características essenciais da atuação ideologicamente radical, no âmbito do estado.

²³ Isto deve-se ao fato de que o reagrupamento reduz a variação.

²⁴ Para um levantamento mais exaustivo da contribuição da análise ecológica aos estudos de comportamento político ver Ranney, Austin. *The utility and limitations of aggregate data in the study of electoral behavior*. In: Austin Ranney (ed.), *Essays on the behavioral study of politics*, University of Illinois Press, 1962, p. 91-102.

²⁵ O levantamento histórico para o estado de Goiás é um trabalho penoso em vista da absoluta escassez de fontes de informação. A história de Goiás, e de todo o Centro-Oeste em geral, ainda está por ser elaborada em vista da inexistência de trabalhos de pesquisa aos quais possamos conferir um mínimo de credibilidade. Este problema se agrava muito mais quando nos aproximamos de períodos contemporâneos. Ao penetrarmos na República deparamo-nos com trabalhos cada vez mais preocupados em narrar, pura e simplesmente, os feitos dos presidentes e governadores. Se por um lado é altamente questionável o próprio critério para a seleção dos fatos a serem narrados, por outro nota-se a total ausência de uma abordagem interpretativa e dinâmica dos mesmos.

Diante deste impasse, tentamos reconstituir alguns processos de importância para a nossa análise, conscientes do risco de incorrerem em possíveis erros e da precária fundamentação histórica, de primordial importância em tentativas como esta.

2.1 A atuação das oligarquias em Goiás

A história das disputas políticas em Goiás centraliza-se em torno de três grandes grupos oligárquicos, nomeados aqui através das figuras dos seus elementos centrais: Leopoldo de Bulhões, Antonio Ramos Caiado e Pedro Ludovico Teixeira.

Com o advento da República, a política local adquiriu um maior grau de autonomia com relação ao poder central, fato este que deu forte impulso à consolidação do primeiro grande período de dominação oligárquica.

A força dos Bulhões já vinha sendo sentida desde o período do Império,²⁶ de modo que era natural que o primeiro período governamental que se seguiu à proclamação da República tivesse como dirigente um dos elementos ligados ao grupo dos Bulhões, Rodolfo Gustavo da Paixão.²⁷

Durante os 11 governos que se situam entre 1890 e 1901 esta oligarquia conseguiu manter o controle do estado.

A continuidade política neste espaço de tempo foi facilmente assegurada pelas eleições “a bico de pena”, pelo controle dos votos nas áreas rurais e pela própria pressão nas juntas apuradoras.²⁸

O prestígio de Leopoldo de Bulhões no âmbito federal levou-o, no período de Rodrigues Alves, ao posto de Ministro da Fazenda, distanciando-o do palco da política regional, fato que já ocorrera quando do seu mandato de senador. Estes longos afastamentos de Bulhões de certa forma favoreceram as dissensões entre os chefes municipais, que começaram a ter lugar a partir de 1900 atingindo o ápice com as eleições para a presidência do estado em 1905, oportunidade em que a oposição saiu vitoriosa. Esta teve como agente catalisador Xavier de Almeida que, tendo propiciado a queda do bulhonismo, passou a servir de instrumento ao segundo grande grupo oligárquico que dominaria a política estadual — os Caiado.

A transferência do poder de um grupo a outro não se deu sem dificuldades, e a supremacia dos Caiado só foi reconhecida após um hábil golpe político no qual este grupo, apoiando um candidato do governo central para deputado federal viu sua continuidade assegurada ao sustentar-se no apoio federal.²⁹

Liderada por Antonio Ramos Caiado, esta oligarquia conseguiu manter o controle político do estado até a revolução de 1930. Nos 10 períodos governamentais, situados entre 1912 e 1930, os Caiado dominaram, pessoalmente ou com elementos de sua confiança, a política do estado.

²⁶ Félix de Bulhões aparece como um dos mais importantes políticos abolicionistas do estado. Ver Monteiro, Ofélia. *Goiás coração do Brasil*, s/editor, 1933, p. 172-3.

²⁷ Ver Artiaga, Zoroastro. *História de Goiás*. Goiânia, s/editor, 1959, p. 253.

²⁸ Artiaga, Zoroastro. op. cit. p. 261-4.

²⁹ Câmara, Jaime. *Os tempos da mudança*. Goiânia, s/editor, 1957, p. 20.

A reação ao caiadismo se expressou na luta entre dois partidos: o Democrático e o Republicano. O primeiro deles era o reduto da facção situacionista, sendo liderado por Antonio Ramos Caiado; o segundo, oposicionista, centralizava-se na figura de Pedro Ludovico Teixeira, estando inclusive este grupo integrado ao movimento nacional da Aliança Liberal, conforme declaração de Ludovico neste sentido.³⁰

Entretanto, este movimento de oposição não conseguiu vitórias significativas e, até a ascensão de Vargas, os Caiado comandaram a política local. “A revolução de 1930 surpreendeu a oligarquia Caiado em pleno apogeu; um Caiado, sem função pública mandava mais do que qualquer Secretário de Estado”.³¹

Os conflitos que antecedem a tomada do poder pela Aliança Liberal, refletem-se no embate entre as forças políticas locais.

No primeiro momento em que estas entraram em choque, o grupo no poder se impôs, derrotando uma coluna organizada por Pedro Ludovico. O governo local chegou a pôr em ação um grupo de choque, os “camisas vermelhas”, com vistas a garantir militarmente a situação.

Preso, Ludovico, inclusive sob a ameaça de fuzilamento, imaginaram os Caiado que estava assegurada a sua posição, supondo que o movimento de 30 reconheceria o grupo vitorioso qualquer que fosse ele. Todavia, a vinculação de Ludovico à Aliança Liberal, e a vitória desta a nível nacional, alteraram a correlação de forças no estado. Assim, preso no dia 24 de outubro, Pedro Ludovico foi libertado no dia 25 para assumir três dias depois a direção do estado, como membro da Junta Governativa, com todo o apoio do poder central.

Esta reviravolta política foi assegurada pela ação da Coluna Quintiliano Vargas que, vinda de Minas, penetrou em Goiás travando combate em vários municípios culminando com a ocupação do Palácio do Governo a 27 de outubro de forma a garantir a posse da Junta, à qual se seguiu a fuga dos Caiado e todo o seu grupo. Com a posterior dissolução da Junta, Ludovico foi escolhido para ocupar a Interventoria. Desta forma verificamos que a mudança política a nível federal ocasionou um remanejamento das forças locais, reafirmando a ausência de um caráter autárquico na condução da política estadual.

A luta pelo poder, no entanto, não terminou aí. Nesta terceira fase, o comando de Pedro Ludovico viu-se várias vezes questionado. A primeira contestação aberta deu-se logo em 1932 quando eclodiu o movimento constitucionalista. Foram os Caiado, na oposição, que comandaram em

³⁰ “Conspiramos com Siqueira Campos e seus amigos de confiança, Joaquim Timóteo da Silva e Atanázio França, com Leopoldino de Oliveira e outros.” Câmara, Jaime. op. cit. p. 38.

³¹ Câmara, Jaime. op. cit. p. 23.

Goiás, o movimento contra Getúlio. Vitorioso o governo central, saíram reforçados aqueles que o apoiavam. A derrota dos Caiado sedimentou a posição de Ludovico.

Outras cisões começaram a se dar, já agora no seio da nova oligarquia. Vários foram os líderes revolucionários de 1930 que tinham lutado ao lado de Pedro Ludovico e que agora viam-se impossibilitados de atingir o poder dado que o cargo de Interventor não poderia ser disputado abertamente.

A fixação de eleições, marcando o término do período de intervenção, abriu caminho para a oficialização das disputas políticas. Três dos maiores chefes locais almejavam a direção estadual: Domingos Neto Velasco, Mário Alencastro Caiado e Pedro Ludovico Teixeira.

Domingos Velasco, muito bem entrosado nas rodas governistas federais, passou a buscar uma maior afirmação junto aos chefes políticos municipais. Tendo comandado as tropas goianas quando do movimento de 32 sua posição foi reforçada pela vitória.

Mário Caiado, apesar do sobrenome, não partilhava das posições assumidas por sua família; dos três líderes situacionistas era o mais bem dotado em termos de apoio nos dirigentes políticos locais apesar de não ter maior penetração juntos aos líderes nacionais.

Pedro Ludovico era o protagonista principal da disputa visto que nela jogava-se a sua permanência no poder.

Nas eleições para a Constituinte de 33 sendo violentamente derrotada a oposição, novamente organizada pelos Caiado, as disputas políticas se restringiram ao âmbito do situacionismo opondo os dois líderes, Pedro Ludovico e Domingos Velasco, com base em dois grandes problemas: a mudança da capital e a presidência do estado.³²

A polêmica entre ambos, levada a efeito por meio de jornais, atingiu seu ponto máximo quando Velasco pediu afastamento do Partido Social Republicano, legenda criada para as disputas eleitorais de 33, passando à oposição ao lado dos Caiado. Esta fundou uma nova agremiação, o Partido Libertador de Goiás, que procurava obter o maior número de cadeiras na Câmara Estadual. Isto se justifica porque sendo indiretas as eleições para a presidência, o número de deputados que se conseguisse eleger era um dado da maior relevância para os partidos em disputa. Os situacionistas garantiram um número suficiente de cadeiras, assegurando a escolha de Ludovico para Presidente do estado.

Deste momento em diante o ponto central de todas as atuações da Assembléia Legislativa passou a ser a questão da mudança da capital. Sendo esta a meta prioritária do governo, tornou-se logo o ponto diante do qual a oposição não cedia, ainda mais porque era o município de Goiás (então capital), um dos maiores redutos políticos dos Caiado.

³² Mario Caiado foi preterido nas disputas pela presidência do estado em vista de posições assumidas quanto à mudança da capital, as quais o desprestigiaram junto a suas bases de apoio.

Conseguindo realizar a mudança da capital, inclusive com o uso da força,³³ Pedro Ludovico saiu mais uma vez vitorioso e a partir daí sua figura dominou a política goiana até 1964, “sendo o único político brasileiro que pôde manter íntegro, sem solução de continuidade, seu prestígio, desde 1930, resistindo às mutações e crises no âmbito local ou nacional, vencendo tramas e partidos que, isolados ou coligados, pretenderam arrebatá-lo o mando”.³⁴

Neste ambiente político, facilmente se percebe que os grandes partidos, anteriores a 1964, assumiram fundamentalmente conotações localistas, existindo em função dos conflitos entre grupos oligárquicos, mantendo assim um caráter de oposição a pessoas antes que a programas políticos ou ideologias. Desta forma, o PSD, originado do antigo Partido Republicano, confundia-se facilmente com a pessoa de Pedro Ludovico, que foi seu presidente. Por sua vez a UDN, criada como forma de combate a Ludovico e originária do Partido Democrático, também não apresentava qualquer programa político que orientasse a sua ação.

2.2 A atuação das esquerdas em Goiás

Contrariamente aos esquemas de conduta política das oligarquias, o comportamento dos grupos dotados de posições ideológicas marcadas, como no caso em estudo, sofre pouco impacto das características localísticas da política. Os programas da esquerda brasileira em muito pouco se viram afetados quando de sua inserção no cenário político goiano. Enquanto nos foi possível discutir a atuação local dos partidos tradicionais sem referências necessárias à sua atuação a nível nacional (visto que a primeira se via quase completamente determinada pela composição de forças entre os grupos oligárquicos), isto não é mais possível em se tratando das esquerdas. Neste caso a existência de uma orientação político-ideológica de vigência nacional, descomprometida com as oligarquias, nos leva a uma análise interativa das características da atuação nacional e local do Partido Comunista Brasileiro, única organização de esquerda que teve sua participação eleitoral legalmente assegurada.

Fundado em 1922, foi o PCB o único partido operário que conseguiu assegurar a sua autocontinuidade, assumindo o caráter de partido nacional de forma que pôde ser incluído em 1945 entre as grandes agremiações políticas ao lado da UDN e PSD.

Em 1928 o número de afiliados ao partido aproximava-se de 500 passando a ser pouco mais de 1.000 em 1930.³⁵

³³ Para efetivar seu empreendimento, Ludovico não hesitou em impor a transferência do judiciário, que lutara até os últimos momentos. Tampouco hesitou em levar tropas a Goiás a fim de prender deputados da oposição numa ocasião em que se viu em minoria no Legislativo.

³⁴ Souza, José B. Felix de. As eleições Goianas. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, p. 279, jan. de 1964. Apenas em um período governamental (1946-50) Ludovico deixou de “fazer” o candidato vitorioso.

³⁵ Ver Pereira, Astrogildo. *Formação do Partido Comunista Brasileiro (1922-1928)*. Editorial Vitória, Rio, 1962, p. 88.

Entre 30 e 45 o PCB sofreu o primeiro e talvez o maior de todos os reveses com o fracasso da tentativa de golpe em 1935. Lançado na clandestinidade já mesmo antes de 35, e sob pressão do aparato policial do Estado Novo, *o retorno à legalidade só se deu pela anistia geral* em 1945 e pelo novo Código Eleitoral.

Apesar das grandes perdas advindas da repressão do Estado Novo, o PCB não viu completamente destruída a sua estrutura organizacional, conseguindo razoáveis resultados eleitorais em 1945-7. A nível federal, conseguiu eleger uma bancada de 15 deputados e um senador, participando ainda de inúmeras Câmaras Parlamentares Estaduais e Municipais, sendo inclusive majoritário em algumas delas.

Para garantir a campanha eleitoral estava a figura de Luiz Carlos Prestes que, mesmo cumprindo pena por longo tempo (nove anos), não viu o seu prestígio popular entrar em descenso. Os feitos da Coluna haviam criado nacionalmente uma auréola quase mística em torno do seu nome, e mesmo Goiás, por onde a coluna transitara várias vezes, não ficou imune à influência desta imagem.

A legalidade permitiu a organização e o crescimento rápido dos comitês populares, ganhando o PCB posições nos meios sindicais e organizando uma extensa rede nacional de periódicos.³⁶

Conforme Leôncio Basbaum, o número de afiliados ao Partido em fins de 1946 ultrapassava a casa dos 180 mil.³⁷ O próprio Prestes concluiu: "De que valeu toda esta opressão, de que valeram esses nove anos de perseguição, esses 23 anos de vida clandestina do Partido Comunista, se em dez meses de vida legal, durante o ano de 1945, esse Partido progrediu rapidamente e passou, de um partido clandestino de três a quatro mil membros, para um Partido com mais de 100 mil, e que levou às urnas 600 mil votos nas últimas eleições?"³⁸ O PCB atingiu então o ponto de maior proeminência em toda a sua história, chegando a ser o Partido Comunista mais importante da América Latina.

Em Goiás a penetração pecebista não vinha, ao que parece, de longas datas. Contudo, estes acontecimentos nacionais tiveram grande reflexo local; os discursos de Prestes, ao ser libertado, ocuparam páginas inteiras dos conservadores jornais goianos de então; a luta contra o fascismo e pela paz, liderada pelo PCB, também teve boas repercussões. A passagem de Prestes por Goiás, no período pré-eleitoral, foi recebida com grande euforia na capital do estado conforme documentado pelos jornais da época. A conflitiva relação do PCB com membros da política oligárquica local fez-se logo sentir, conforme podemos perceber através desta declaração de Prestes: "... na arena política, acaba de aparecer no campo do

³⁶ Ver Peralva, Osvaldo. *O retrato*. Editora Globo, Porto Alegre, 1962, p. 190-1.

³⁷ Ver Basbaum, Leoncio. *História sincera da República*. Fulgor, São Paulo, 1968, p. 187.

³⁸ Peralva, Osvaldo. op. cit. p. 195. A avaliação dos votos é bastante aproximada da realidade; o PCB recebeu cerca de 511.302 votos (num total apurado de 5.990.456).

imperialismo, aqui em nossa terra, mais um líder voluntário e decidido para o combate do anticomunismo sistemático. Trata-se agora do Sr. Domingos Velasco..."³⁹ Mesmo com toda a pressão anticomunista do grupo no poder, o PCB goiano elegeu, em 1947, dois deputados estaduais: Abraão Isaac Neto (635 votos) e Afrânio Francisco de Azevedo (583 votos).

Notamos uma alta compatibilidade entre o programa político dos candidatos pecebistas seja a nível federal, seja a nível estadual. A luta pelas liberdades democráticas, a reforma agrária, a luta contra o imperialismo e pela paz mundial estiveram presentes, como apelos fundamentais, em todos os pronunciamentos políticos de seus candidatos.

Em 1947, contudo, o Partido foi lançado novamente na clandestinidade após sua extinção oficial. "As famosas *células* de dois mil membros começaram a esvaziar-se e a diluir-se, já então menos por medo da reação policial que por decepção e descrença na capacidade política dos dirigentes do Partido";⁴⁰ estes reagiam à clandestinidade assumindo posições as mais desbaratadas, tais como a de lançar palavra-de-ordem no sentido da "renúncia do General Dutra".

A ilegalidade forçou a reorientação das formas de atuação política do PCB. Duas formas principais passaram a ser exploradas a partir de então; primeiramente restava a atuação "legal", pela qual se introduzia representantes da orientação política de esquerda, lançando mão dos partidos políticos mais liberais. Por outro lado, desenvolviam-se atividades clandestinas de arregimentação e organização revolucionária, fundamentalmente entre camponeses, operários e estudantes. Verificamos uma clara interação entre estas duas alternativas de atuação, no sentido de que os mais proeminentes líderes camponeses e operários passaram a ser naturalmente conduzidos à disputa de cargos políticos no interior do sistema, utilizando, como legendas, agremiações legalmente constituídas.

Em Goiás, as atividades do P.C. não se resumiam ao âmbito "legal". O caráter eminentemente agrícola do estado orientou também a sua atuação com vistas a capitalizar os conflitos na área rural, que tinham como móvel principal as disputas pela posse da terra. Poderíamos talvez dividir tais conflitos em duas fases principais. A primeira delas situar-se-ia entre os anos de 1953 e 1955, sendo possível caracterizá-la pela quase inexistente radicalização ideologicamente fundamentada por parte dos seus líderes, o que explicaria por um lado as suas hesitações e, por outro, o caráter espontâneo do movimento que ali se desenvolvia (intermitência dos choques, ausência de uma organização dos "posseiros"). Contudo, a partir de 1955 os conflitos assumiram um outro caráter; em janeiro registrou-se legalmente a Associação dos Lavradores e Trabalhadores

³⁹ Peralva, Osvaldo. op. cit. p. 193. Velasco, candidato a deputado federal mais votado, obteve 8.915 votos no estado contra 1.964 obtidos por Prestes, representante do PCB mais votado em Goiás. Vale ressaltar que Velasco estava ainda ligado aos Caiado, que dominavam a UDN, partido pelo qual se elegeu.

⁴⁰ Basbaum, Leôncio. op. cit., p. 192.

Agrícolas de Formoso-Trombas; em abril verificou-se um choque armado de relativa importância, no qual a polícia local sofreu duas baixas.⁴¹ Estas transformações na atuação dos posseiros possivelmente estiveram ligadas à presença de um novo tipo de liderança, consubstanciada na pessoa de José Porfírio de Souza.⁴² Os conflitos armados que tiveram lugar nesta região norte de Goiás agiram como forma de projeção, a nível estadual, do nome de Porfírio, pondo Goiás na ordem do dia política de então.

Com o movimento nacional de organização das ligas camponesas, Goiás sofreu um novo processo de arregimentação na área rural, sob o influxo de uma orientação política de esquerda. De acordo com um levantamento empreendido pelo II Exército, deveriam existir no estado, em 1963, cerca de 12 destas ligas.⁴³ É interessante notar que Goiás partilhava, com três outros estados, a vice-liderança quanto ao número de organizações camponesas, somente sobrepujado por Pernambuco, onde havia 64 delas.

Conforme assinalamos anteriormente, verificou-se aqui uma clara interação entre as atividades do P.C., de modo a lançar mão dos elementos de maior proeminência no setor de arregimentação e organização na área rural, tornando-os candidatos a cargos eletivos no interior do sistema político. A trajetória de José Porfírio é um claro exemplo desta forma de atuação. Estando o P.C. na ilegalidade, tal candidato usou a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro com vistas à disputa de vaga na Câmara Estadual em 1962.⁴⁴

É interessante notar que, ainda tendo sido tal fenômeno de uso corrente a nível nacional, não podemos considerar o PTB goiano como portador das características, nacionalmente verificadas, de um partido liberal tendente para a esquerda. Em Goiás a sua composição, sendo incrivelmente eclética,⁴⁵ não permitia situá-lo nos mesmos moldes que os nacionais.

Curiosamente, foram certas facções do PSD que mostraram, em Goiás, as características nacionalmente peculiares ao PTB. É interessante que o nome que mais se sobressaiu no início da década de 60 por este tipo de atuação política tenha sido o do filho de Pedro Ludovico — Mauro Borges Teixeira. Contudo, as suas atitudes frente às atividades mais radicais da esquerda, ao menos enquanto Governador do estado, não aparentaram ser as mais favoráveis. Senão, vejamos:

⁴¹ Para uma narrativa mais extensa e detalhada destes conflitos ver Facó, Rui, trechos de um artigo publicado na revista *Novos rumos*. In: Inquérito Policial-Militar 709. *O comunismo no Brasil*, Rio, Biblioteca do Exército Editora, 1967, p. 387-93. v. IV.

⁴² Sua vinculação ao PCB é insinuada no IPM 709, loc. cit., com base em comentários bastante favoráveis a suas atividades, oriundos do artigo supracitado, cuja publicação deu-se em revista oficiosamente vinculada a esta organização.

⁴³ Este levantamento foi publicado com o título *A guerra revolucionária e seu desenvolvimento no Brasil*, sendo referido no IPM 709, op. cit., p. 380-1.

⁴⁴ Baseamo-nos para tal afirmação em entrevista e artigo de José Bernardo Félix de Souza, op. cit. p. 281.

⁴⁵ Esta foi a característica petebista mais fortemente ressaltada em *todas* as entrevistas qualitativas que empreendemos com políticos e estudiosos da política goiana.

“As agitações mais encontradas em curso por meu governo e proteladas em suas soluções por administrações passadas, e, outras, promovidas por elementos suspeitos para tumultuar a vida do Estado, como as de Trombas, Formoso, Porangatu, Juçara, Salobrinha, Itaporã, Canuanã, Gurupi e Almas, foram energeticamente debeladas, estabelecendo-se, por vias legais e atendendo a princípios sociais, a verdadeira paz social na maioria das localidades acima referidas. As limitadas operações de guerrilhas de Dianópolis, sofregamente exploradas por industriais do anticomunismo e dirigidas por elementos de outras regiões, foram desbaratadas e liquidadas pela pronta e firme ação da Polícia Militar do Estado, com a cooperação de autoridades militares.”⁴⁶

A partir do movimento militar de março de 1964 operaram-se grandes cisões no seio da esquerda brasileira, as quais tiveram um reflexo imediato na viabilidade da sua participação eleitoral.

O Partido Comunista Brasileiro continuou como adepto irrestrito da aliança com os setores progressistas com vistas ao restabelecimento das liberdades democráticas num futuro governo de coalisão;⁴⁷ baseado nesta perspectiva, sua ação consistiu em intervir nas disputas eleitorais com vistas a eleger elementos de sua confiança, fazendo uso da legenda do partido oposicionista.

Outras organizações mais radicais adotaram posições que variavam desde a simples abstenção, como forma de negar qualquer validade aos mecanismos do sistema político (optando por uma ação revolucionária marginal), até a anulação dos votos, como alternativa de protesto, lançando mão dos meios ofertados pelo sistema.

Em Goiás verificaram-se fundamentalmente dois destes padrões. Por um lado, ao que tudo indica, o PCB mantém no estado a sua estratégia nacionalmente consagrada.⁴⁸ Por outro, a anulação de votos, como forma de protesto, também foi utilizada no estado.⁴⁹

⁴⁶ Mauro Borges, *O golpe em Goiás*. Rio, Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 36.

⁴⁷ Sobre a estratégia adotada pelo PCB ver um levantamento crítico acurado em Prado Jr., Caio. *A revolução brasileira*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1966.

⁴⁸ No momento em que escrevemos este trabalho ganhou divulgação nacional a notícia de que órgãos de segurança teriam desarticulado os comitês estadual de Goiás e municipais, de Goiânia e Anápolis. Das informações transpiradas dos três IPM's abertos, algumas vêm reforçar o que afirmamos anteriormente; inicialmente divulgou-se a iminência de reuniões dos Comitês municipais com vistas a estabelecer aspectos da participação do P.C. nas próximas eleições de novembro, lançando mão das legendas existentes; segundo tal noticiário, teriam sido presos inclusive um candidato a vereador e um outro em exercício de mandato na Câmara de Goiânia (João Silva Neto). Maiores detalhes podem ser obtidos no *Jornal do Brasil*, 17-8-72, 1.º caderno.

⁴⁹ Mostraremos, na terceira parte deste trabalho, como se comportaram estas outras formas de manifestação do voto radical.

3. Os determinantes do radicalismo

Para a análise do radicalismo eleitoral em Goiás, selecionamos três épocas que consideramos marcantes: 1945-47, 1962, 1970.

A escolha da primeira delas se deve ao fato de que encontramos legalmente admitida a participação do Partido Comunista Brasileiro, podendo considerar-se que os votos conferidos a esta agremiação constituem-se no melhor indicador de radicalismo político, em sua expressão através das vias institucionais de acesso ao poder. Em 1945 tem lugar o pleito para deputados federais, enquanto que as disputas para a Assembléia Estadual só se realizaram dois anos mais tarde.⁵⁰

O interesse pelo período de 1962 condicionou-se ao clima nacional de grande efervescência política, propiciador de intensa atuação dos grupos radicais, canalizada, entre outros meios, para as agremiações políticas existentes. Em Goiás esta atuação "legal" dos grupos de esquerda verifica-se mediante a participação nas disputas para deputados estaduais do líder camponês José Porfírio de Souza, já anteriormente mencionado.

Finalmente a escolha do pleito de 1970 orientou-se pelo intuito de observar o comportamento do eleitorado diante de um sistema bipartidário no qual cada uma das oligarquias assume o controle de um dos partidos. No entanto a ausência de uma única orientação no seio oposicionista deixou em aberto a possibilidade de apoio eleitoral a eventuais candidatos tendentes à esquerda. Por outro lado uma outra forma de expressão do radicalismo já se havia instituído no pleito anterior (1966): a anulação do voto. Por fim o estudo da abstenção neste período parece-nos bastante importante como forma de verificar a existência de uma possível apatia no eleitorado.

A análise das determinações estruturais do radicalismo nestes períodos supõe a utilização de algumas variáveis capazes de refletir as condições socioeconômicas das unidades de observação.⁵¹ A escolha destas variáveis

⁵⁰ A escolha das eleições para deputados deve-se ao fato de que estas são as únicas para as quais se tem informação acessível sobre a participação do PCB. Ainda que este partido tenha concorrido ao pleito para vereadores há grande dificuldade de se obter informações; em outras disputas de cargos eletivos, como para o governo estadual, esta agremiação não chegou a concorrer. Extinto o PCB, a análise dos outros períodos, apesar de adotar novos indicadores de radicalismo, manteve, como fonte para coleta de informações, as eleições para deputados (federais e estaduais). Os dados foram obtidos no Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

⁵¹ As informações socioeconômicas foram retiradas dos Censos Demográficos e Econômicos para os anos de 1950, 1960, 1970. Tais dados sendo fornecidos por municípios criaram a necessidade de compatibilizá-los com os dados políticos que tinham por unidades as zonas eleitorais. Para tanto reagrupamos os dados censitários de modo a reconstituir as zonas eleitorais, de forma que estas passaram a ser as unidades de análise do presente trabalho. Desta forma os 77 municípios de 1950 foram agrupados para formarem as 32 zonas eleitorais de 1945 e 1947; os 179 municípios do censo de 1960 reconstituíram as 86 zonas eleitorais de 1962; e finalmente os 221 municípios de 1970 formaram as 141 zonas eleitorais de 1970.

advém da utilização de algumas conclusões já consagradas na literatura teórica a respeito do processo de desenvolvimento econômico.⁵² Entre seus efeitos mais imediatos encontramos a concentração demográfica em centros urbanos e a redistribuição da população ativa pelos setores da economia: assim à redução do contingente ocupado no setor primário segue-se um incremento da ocupação nos setores secundário e terciário. A alfabetização pode ser tomada como um dos benefícios sociais gerados pelo processo de desenvolvimento.

Outras variáveis, também importantes, tiveram a sua relação com o radicalismo acentuada de uma forma especial. É o caso do número de operários; estes constituem-se nos elementos para os quais orienta-se fundamentalmente o apelo das agremiações radicais de esquerda; neste sentido, a ascensão eleitoral destas suporia o apoio daqueles. Um setor do operariado tem despertado atenção especial dos estudiosos do radicalismo político; trata-se dos ocupados na indústria extrativa, caracteristicamente em mineração, os quais, concentrados em condições precárias de trabalho, mostram-se bastante tendentes à expressão de comportamento radical.⁵³

Finalmente considerou-se a distribuição dos latifúndios pelas zonas eleitorais como um indicador do contraste oligárquico das mesmas e, logo, como obstáculo à atuação das agremiações radicais.

3.1 As eleições de 1945-47

Na busca dos determinantes estruturais do voto conferido ao PCB tentamos estabelecer o grau de associação existente entre as variáveis socioeconômicas anteriormente referidas e o nosso indicador de radicalismo eleitoral.⁵⁴ Os coeficientes de correlação simples são encontrados no quadro abaixo.

⁵² Para um estudo mais detalhado deste problema, onde se utiliza a técnica estatística da análise fatorial, ao lado de uma revisão das incursões anteriores neste campo, ver Soares, Gláucio Ary Dillon. *On Economic Development*. mimeogr.

⁵³ Uma análise bastante interessante do comportamento radical nas áreas de mineração pode ser encontrada em Petras, James & Zeitlin, Maurício. *Miners and agrarian radicalism*. In: Petras, J. & Zeitlin, M. (eds.), *Latin America: reform or revolution?* New York, Fawcett, 1968, p. 235-48. Neste estudo conclui-se que nas províncias onde a mineração se constitui na atividade econômica predominante observa-se uma tendência à maior aceitação dos candidatos comunistas; ao lado disto, nas áreas onde a organização política dos mineiros é mais forte verifica-se que os pequenos proprietários e assalariados agrícolas são mais suscetíveis à expressão do radicalismo.

⁵⁴ Este conjunto de variáveis foi operacionalizado da maneira seguinte:

- a) *urbanização*: proporção da população total residente em cidades e vilas;
- b) *ocupados na agropecuária*: proporção da população economicamente ativa (pessoas presentes de 10 anos e mais, subtraídas as condições inativas, atividades domésticas não-remuneradas e atividades discentes) ocupada na agricultura, pecuária e silvicultura;
- c) *proporção da população economicamente ativa ocupada na indústria de transformação*;

Quadro 1

DETERMINANTES SOCIOECONÔMICOS DO VOTO DO PCB

Variáveis socioeconômicas	Câmara Federal (1945)	Câmara Estadual (1947)
Urbanização	.45	.58
Ocupados na agropecuária	— .44	— .50
Ocupados na indústria de transformação	.48	.51
Ocupados no terciário	.53	.67
Ocupados na indústria extrativa	— .13	— .15
Operários	.40	.57
Alfabetização	.39	.54
Latifúndio	.04	.01

Verificamos que há uma razoável determinação estrutural do voto comunista; para ela contribui de modo esperado a maioria das variáveis selecionadas, sobressaindo-se como o grande caso desviante com relação às antecipações teóricas, a associação *negativa* entre ocupados na indústria extrativa e PCB. Esta pode ser explicada pelo caráter nitidamente diverso que encontramos em Goiás para a composição deste setor; trata-se aqui não de ocupados em grandes empresas de mineração, mas fundamentalmente de garimpeiros e extratores de madeira. Com isto perdem-se as condições características do trabalho em mineração onde é típica a expressão do radicalismo. Quando analisamos as correlações parciais entre esta variável e voto para o PCB, controlados os indicadores de desenvolvimento, verificamos que a correlação tende, seja para zero (como em 1945), seja para uma fraca associação positiva (.19 para 1947), que ainda que não nos permita afirmações muito cabais, ressalta o sentido da verdadeira relação entre estas variáveis.

Por outro lado notamos que a associação entre ocupados no terciário e PCB esteve muito além do esperado, superando inclusive as correlações desta última variável com a proporção de operários e de urbanos. É interessante notar que, tomado isoladamente, o terciário explica 44% da

- d) proporção da população economicamente ativa *ocupada no terciário* (obtido pela agregação das categorias: ocupados no comércio de mercadorias; no comércio de imóveis, valores imobiliários e créditos; prestação de serviços; transporte, comunicação e armazenagem; profissões liberais; atividades sociais; administração pública, judiciária, defesa nacional e segurança);
- e) *alfabetização*: proporção de pessoas que sabem ler e escrever na população presente de 5 anos e mais;
- f) proporção de *operários* na população total;
- g) proporção da população economicamente ativa *ocupada na indústria extrativa*;
- i) *latifúndio*: proporção da área total dos estabelecimentos agrícolas representada pelas grandes propriedades (10.000 ha. e mais).

variância no voto do PCB em 1947, na medida que se agregam *todas* as demais variáveis acrescentam-se apenas 10% de explicação. A associação já esperada entre os indicadores de desenvolvimento e radicalismo talvez possa fornecer-nos indiretamente uma explicação para a importância do terciário. Consideramos que o processo de transformação socioeconômica em Goiás não se fundamenta numa hegemonia do setor industrial, mas numa crescente urbanização que acentua a tendência à hipertrofia do terciário.⁵⁵ Neste sentido o crescimento deste setor mostra-se como mais importante reflexo das mudanças que têm lugar no estado, as quais criam uma conjuntura mais favorável à expressão do radicalismo.⁵⁶

É interessante notar que as correlações entre alfabetização e radicalismo tornam-se *negativas*, quando controlamos os indicadores de desenvolvimento econômico (respectivamente — .12 e — .13 para 1945 e 1947). Tais resultados podem ser considerados como confirmadores das antecipações propostas pela “teoria do hiato”, no sentido de que a relação entre desenvolvimento social (expresso através do indicador “alfabetização”) e radicalismo mostra-se alterada se não controlamos os efeitos dos indicadores do desenvolvimento econômico; assim, controlados estes, o radicalismo mostra-se tendente a uma *menor* expressão nas regiões em que é mais intensa a distribuição em massa dos benefícios deste desenvolvimento.

Quando analisamos a distribuição de votos do PCB em 1945, percebemos que os mesmos concentram-se no sul do estado, região mais desenvolvida. Contudo em oito das 32 zonas eleitorais, sua influência é mais claramente sentida. A primeira grande área de influência é dada pelas zonas de Goiânia e Anápolis onde esta agremiação obteve respectivamente 19% e 14% dos votos conferidos às legendas.

Um segundo raio de ação localiza-se na região da Estrada de Ferro Goiás onde parece ter havido a maior arregimentação de trabalhadores no estado, conforme informações provenientes de entrevistas: dois foram os núcleos importantes: Ipameri (13%) e Pires do Rio (12%).

A terceira fonte de apoio é dada por outros centros urbanos de importância no estado: Catalão (13%), Jaraguá (26%), Jataí (18%) e Pedro Afonso (13%).

A análise de distribuição da votação dos candidatos pecebistas a deputados federais mostrou-nos alguns aspectos interessantes com relação às

⁵⁵ Estimulados pela relevância explicativa do terciário, desenvolvemos outros estudos com o intuito de tentar caracterizar o seu crescimento no estado. Considerações mais detalhadas podem ser encontradas em Toscano, Gabriela & Castro Nadya Araujo. *Industrialização e terciarização em Goiás* (Universidade de Brasília, 1972. mimeogr.)

⁵⁶ A importância das variáveis estruturais reduz-se sensivelmente quando passamos a analisar o voto conferido aos partidos que representam interesses das oligarquias; os coeficientes de determinação para o PSD e UDN apresentam valores que se aproximam da metade do coeficiente obtido para o PCB. Notamos que passam a ter importância, neste caso, as características pessoais da atuação política, em detrimento das condições infra-estruturais.

bases de apoio dos mesmos.⁵⁷ No que tange aos candidatos do próprio estado a votação que lhes é conferida concentra-se nas suas zonas de origem, tendendo a ser praticamente nula nos demais casos. Todos os seis aspirantes goianos ao Legislativo federal refletem este comportamento em suas votações:

1) Paulo Alves da Costa: médico em Jaraguá, obtém ali a sua maior votação, equivalente a cinco vezes o número de votos conferidos em seu segundo “reduto”. É interessante notar que trata-se do candidato goiano mais votado neste pleito, o que pode explicar a alta percentagem de votos obtidos pelo PCB nesta zona eleitoral (26%).

2) Lourival Mota Cabral: funcionário público em Goiânia, zona que lhe confere a sua maior votação (três vezes maior que a seguinte).

3) Abraão Isaac Neto: pertencente a uma tradicional família de Catalão tem sua maior votação dada por esta zona (nove vezes o número de votos do seu segundo “reduto”).

4) Luzia Oliveira Guimarães: professora, *residente* em Rio Verde, constituiu-se num caso um pouco diferente; *natural* de Jataí tem aí o seu segundo reduto eleitoral que em número de votos aproxima-se bastante do primeiro (Rio Verde).

5) Bernardo Elis F. C. Curado: professor, residente em Goiânia, que lhe confere a maior votação, equivalente a cinco vezes o número de votos arregimentados na zona seguinte.

6) Aluizio Crispim: industrial, residente em Anápolis, zona em que obtém uma votação 12 vezes maior que o seu segundo “reduto”.

À primeira vista tal comportamento nos levaria a admitir a existência de um alto localismo na conduta do eleitorado pecebista. Contudo não podemos perder de vista que, ainda que a *penetração* destes candidatos no estado como um todo seja sensivelmente reduzida, os seus núcleos de apoio são as regiões goianas mais urbanizadas e dinâmicas, nas suas transformações econômicas. Com isto reafirmamos que a influência de um programa ideológico é mais sensibilizante nas regiões de maior mutação socioeconômica.

Se comparamos estas distribuições à de Luiz Carlos Prestes verificamos que este apresenta uma grande discrepância frente aos primeiros. A sua votação praticamente se equivale em todas as zonas eleitorais. Uma das razões para isto pode ser encontrada na própria proeminência nacional da figura de Prestes que se reflete no interior do estado; por outro lado notamos que todos os candidatos locais transferem seus votos para este dirigente pecebista, o qual afirma, com sua votação, a associação positiva do radicalismo ao desenvolvimento econômico.

⁵⁷ A escolha dos candidatos a nível federal deveu-se ao fato de que, sendo eles em menor número, o comportamento de sua votação poderia ser melhor visualizado pelo leitor.

3.2 As eleições de 1962

A atuação das esquerdas brasileiras nas eleições de 1962 é claramente definível em vista de ser aceita a sua participação no sistema político, ainda que não legitimadas as suas organizações enquanto partidos políticos.

Neste sentido, duas alternativas seriam possíveis de se colocar hipoteticamente: uma oposição ao sistema advinda de fora do mesmo ou uma oposição a partir de suas próprias instituições.

A esquerda irá optar pela segunda solução tendo em vista a necessidade que reconhece de “fortalecer a união de todas as forças nacionalistas e democráticas: a classe operária, os camponeses e as massas populares — que constituem a base do movimento pela libertação e pelo progresso do País — e a burguesia ligada aos interesses nacionais”, com vistas à organização de um governo “nacionalista e democrático... um governo de coalisão no qual estejam representadas as forças integrantes da frente única, inclusive aquelas que têm dado a maior contribuição à luta anti-imperialista e antifeudal, os operários, os camponeses, a intelectualidade revolucionária e as camadas médias”.⁵⁸

Diante de tais objetivos táticos, a utilização dos canais eleitorais é considerada como factível por parte destes grupos.

O documento acima citado tenta caracterizar os partidos políticos existentes, esclarecendo as alternativas que se colocam aos comunistas.

“Agora que se torna mais patente a imperiosa necessidade de reformas de estrutura, os setores retrógrados — constituídos pelos latifundiários e burguesia entreguista — esforçam-se para entravar a sua realização. São porta-vozes destas forças os círculos dirigentes do Partido Social Democrata (PSD); da União Democrática Nacional (UDN) e outras agremiações políticas que compõem, em conjunto, a maioria do atual Congresso.”⁵⁹

Todavia, “o processo de industrialização e de evolução política dos últimos anos fortalece, no aparelho do Estado, a influência da burguesia ligada aos interesses nacionais. Esta camada da burguesia — *representada fundamentalmente pelos círculos dirigentes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por João Goulart e as forças políticas que o cercam* — tem, no fundamental, uma atitude favorável às reformas democráticas. A principal aspiração deste grupo da burguesia consiste em impulsionar o desenvolvimento capitalista”.⁶⁰

Trata-se aqui da burguesia ligada aos interesses nacionais, à qual fez-se referência anteriormente como uma das forças nacionalistas e democráticas encarregadas de compor o governo de coalisão.

⁵⁸ Os comunistas brasileiros sobre a situação no país, *Problemas da Paz e do Socialismo*, nov. 1962, p. 63. A importância deste documento está no fato de que é publicado como uma apreciação dos comunistas sobre a situação política nacional, numa revista que foi um dos meios não-explicitos de divulgação de que lançou mão o Partido Comunista Brasileiro após a ilegalidade.

⁵⁹ Id. *ibid.* A referência é feita à legislatura anterior às eleições de outubro de 1962.

⁶⁰ Id. *ibid.* Os grifos são de nossa autoria.

Estas citações tornam patente o interesse tático dos comunistas em aliar-se ao PTB a nível nacional. Esta composição realmente se efetivou nas eleições de outubro de 1962.

Entretanto, como já tivemos oportunidade de ressaltar, o comportamento dos partidos políticos não independe das condições estruturais.

Nas regiões desenvolvidas a aliança entre esquerdas e PTB realmente se verifica. Além de ser o partido mais caracteristicamente urbano, foi assinalado em um *survey* realizado no Rio de Janeiro que a uma maior identificação com a classe operária corresponde uma maior preferência pelo PTB.⁶¹ Como decorrência natural temos que o apoio ao PTB mostrou-se claramente mais acentuado no Sudeste que no Nordeste brasileiro, quando analisadas as eleições para os legislativos, federal e estaduais em 1962.⁶²

O estudo deste pleito em Goiás nos mostrou que este estado aproxima-se bastante do modelo da política das regiões atrasadas, onde o tradicionalismo estigmatiza a ação política, fazendo dos partidos simples instrumentos para a arregimentação de apoio eleitoral, desprovidos de conteúdo ideológico.

A determinação estrutural verificada, encontrada em outros estudos a nível nacional, não mais se observa quando analisamos o caso de Goiás.⁶³ No quadro abaixo podemos notar que os coeficientes de correlação biviariada mostram-se sensivelmente menores se os comparamos com aqueles obtidos para 1945-47.

⁶¹ Ver Soares, Gláucio Ary Dillon. A política do desenvolvimento desigual. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, p. 58-60, jan. 1967.

⁶² Dillon Soares, Gláucio Ary. op. cit. p. 38-9.

⁶³ Fizeram-se necessárias modificações em algumas variáveis utilizadas até aqui:

- a) Redefiniu-se a antiga categoria representada pelos ocupados na agricultura, pecuária e silvicultura dado inexistir esta informação; partindo do Censo Agrícola obtiveram-se dados relativos a pessoas ocupadas em estabelecimentos agrícolas abrangendo além das atividades econômicas acima referidas, outras seguintes: horticultura, floricultura, avicultura, apicultura, extração vegetal. Assim definido este conjunto de ocupações foi tomado como um proporção da população gerando-se a variável aqui denominada *ocupados na agro-pecuária*.
- b) O mesmo aconteceu com o que anteriormente havia sido considerado como *terciário*; inexistindo o Censo Demográfico para 1960, tentou-se reconstruir esta variável, ainda que precariamente, de modo a testar o seu poder explicativo. Passou a mesma a ser considerada como a proporção da população total ocupada no comércio e serviços; a artificialidade da sua criação levou-nos a considerá-la com algumas reservas.
- c) Dada a total ausência de informações vi-mo-nos obrigados a abandonar as seguintes variáveis anteriormente utilizadas: ocupados na indústria de transformação, na indústria extrativa e alfabetização.
- d) Mantiveram-se inalteradas em sua forma de construção: *urbanização, operários e latifúndio*.

Quadro 2

DETERMINANTES ESTRUTURAIS DO PETEBISMO (1962)
COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

	Câmara Estadual ⁶⁴	Câmara Federal
Urbanização	.10	.11
Latifúndio	— .06	.18
Operários	.17	.03
Ocupados na agropecuária	— .25	— .21
Ocupados no terciário	.11	— .003

Diferentemente das eleições goianas de 1945-47, não podemos identificar em 1962 um partido que expresse, enquanto tal, os interesses da esquerda. O PTB não mostra as características que, a nível nacional e sobretudo no período 1962-63, o definiram como um partido de esquerda; o Partido Comunista Brasileiro, quando analisado, reforçou as expectativas teóricas, confirmando que o voto de esquerda sofre forte determinação estrutural. Para o PTB tal verificação não se deu.

Contudo, ainda que não fosse um partido caracteristicamente de esquerda, o PTB goiano abarcou em 1962 candidatos que foram por ela apoiados.

“Os comunistas... tiveram, em troca de seus votos, o apoio financeiro do candidato a deputado federal pelo PTB, Haroldo Duarte, à candidatura do líder camponês José Porfírio. Na luta entre os posseiros e os latifundiários e adquirentes de terras por eles ocupadas, José Porfírio representava a resistência daqueles à ganância destes, conseguindo, por isto mesmo, o imediato apoio dos comunistas e polarizar, para aquela luta, as simpatias e interesses gerais. Conseguiu assim eleger-se com a maior votação de sua legenda, a Coligação Popular.”⁶⁵

A busca de possíveis determinantes socioeconômicos do voto conferido a estes dois candidatos passou a ser o nosso passo seguinte.

Verificamos que a votação de José Porfírio apresenta uma determinação estrutural muito maior pelo simples fato de ser este um bom indicador do voto de esquerda. O PTB, ainda que tentasse nesta época a afirmação de uma orientação política própria, não tinha obtido no estado o mesmo êxito que conseguira nacionalmente por não poder empreender uma rutura com as suas antigas bases de apoio local, advindas inclusive do pessedismo, sob pena de se desorganizar como partido. Sua aliança com

⁶⁴ Nas disputas de vaga para a Assembléia Estadual o PTB concorre juntamente com o PSB formando a Coligação Popular. A nível federal a coligação se desfez.

⁶⁵ Souza, José B. Felix de. op. cit. p. 281.

a esquerda para eleição de José Porfírio é um dado circunstancial; paralelamente mantivera a sua antiga aproximação com o PSD, chegando ambos a concorrer como aliados nas eleições para governador e vice-governador, saindo vitoriosos.

Quadro 3

CANDIDATOS DE ESQUERDA POR VARIÁVEIS ESTRUTURAIS (1962)
COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

	José Porfírio	Haroldo Duarte
Urbanização	.46	.23
Grandes propriedades agrícolas	— .13	— .07
Operários	.23	.17
Ocupados na agropecuária	— .28	— .15
Ocupados no Terciário	.53	.37

Nesta matriz observamos que os votos dos dois candidatos se associam de forma semelhante às variáveis socioeconômicas, ainda que em graus diversos; esta associação é sensivelmente mais forte para José Porfírio. Em ambos os casos verifica-se que são as áreas urbanas e mais desenvolvidas que se constituem em pontos de apoio para estes candidatos.

Mais uma vez confirmamos a relevância do terciário, o qual, tomado individualmente, explica 27% da variação no voto de José Porfírio e 14% no caso de Haroldo Duarte, continuando assim a ser a mais importante variável explicativa.

Tomadas conjuntamente, as variáveis socioeconômicas explicam 37% da variação no voto de Porfírio e 16% quando analisamos Haroldo Duarte. Vemos então mais claramente a determinação do voto do primeiro a partir das condições estruturais. Dada a relevância política que teve este candidato no período em análise e a clara delimitação dos princípios ideológicos que regiam a sua ação política, os votos que arregimentou devem ter sido mais conscientes e definidos politicamente, daí a importância das variáveis socioeconômicas sobre o tipo de voto que tem mais nítidos fundamentos ideológicos.

Quando estudamos estes candidatos com relação aos partidos pelos quais foram eleitos percebemos que a situação se inverte, o que é plenamente esperável. Haroldo Duarte se associa em + .28 com o PTB enquanto que José Porfírio se associa em + .18 com a Coligação Popular. Sendo muito fraca a determinação estrutural no caso destes partidos, é natural que o candidato cujos votos têm maior fundamento na base socioeconômica tenha menor relação com a sua legenda.

Sabendo-se que houve um acordo para troca de votos por parte dos dois candidatos, podemos tomar como esperável o coeficiente de correlação de + .54 entre Haroldo e Porfírio. Note-se que este coeficiente é quase o dobro do maior coeficiente obtido quando os correlacionamos com os partidos que os elegem. Isto resulta numa determinação de 29% da variação no voto de Porfírio quando conhecemos Haroldo.

Contudo, se observarmos a distribuição da votação de José Porfírio pelas diversas zonas eleitorais, verificamos que aqueles maiores núcleos urbanos que garantiram o apoio eleitoral ao PCB nas eleições de 1945-47, também se constituem nos pontos de maior concentração de votos deste candidato. Com isto não se quer dizer que tenham sido os mesmos *elementos* que reafirmam agora a sua adesão aos candidatos comunistas. Podemos cogitar que, mesmo lançadas na ilegalidade, as organizações de esquerda não desaparecem enquanto tal, mantendo e inclusive ampliando a sua estrutura organizacional, de forma a garantir a eleição dos seus porta-vozes para os canais legítimos de atuação no sistema político.

Em alguns casos a votação prevista pela estrutura de determinações socioeconômicas é ainda menor que aquela empiricamente observada. Dois deles são os mais importantes, merecendo ser destacados.

Em Anápolis, segundo centro urbano do estado,⁶⁶ algo além das variáveis estruturais fez com que não pudéssemos prever com acerto a votação de José Porfírio. Este algo mais é compreensível quando admitimos a informação adicional de que Haroldo Duarte lá residia, tendo nesta cidade o ponto de apoio mais importante para a sua campanha e, logo, para a de José Porfírio.

Outro caso caracteristicamente desviante, e incompreensível para os menos avisados, ocorre na zona eleitoral com sede em Uruaçu, composta pelos municípios de Uruaçu e Mara Rosa. Tratando-se de uma área caracteristicamente rural (4.798 habitantes nas respectivas sedes) nada nos autorizaria a esperar a votação bastante alta que é concedida a José Porfírio, a não ser que soubéssemos que aí se inclui o distrito de Formoso (município de Mara Rosa), palco dos conflitos entre posseiros e grileiros, liderados aqueles por este candidato.

Temos a oportunidade de verificar, neste caso, um claro exemplo de como as organizações de esquerda põem em ação a estrutura de contatos criada, de forma a fazer funcionar também a arregimentação de votos para Haroldo Duarte que, devido à aliança que empreendera, é muito bem votado nesta região, quando a estrutura do seu voto não nos autorizaria a prevêê-lo.

⁶⁶ Com 68.732 habitantes, dos quais 51.169 eram residentes na sede, conforme o Recenseamento Geral de 1960.

3.3 As eleições de 1970

A participação das esquerdas nas eleições de 1970 assumiu um caráter novo em vista das cisões fundamentais que se operaram a partir de 1966, definindo orientações políticas marcadamente divergentes.

Estas divergências foram, na verdade, anteriores a 1966; mesmo durante o governo de Goulart já se notava uma restrita, mas atuante, oposição à aceitação das regras do jogo político dadas pela burguesia. Todavia a euforia das lutas pelas reformas de base impedia que esta oposição se reforçasse, dado que se refletia como ganhos táticos em benefício do grupo integrado ao sistema político.

O movimento militar de março de 1964 aturdiu momentaneamente as organizações de esquerda ao demonstrar a incapacidade destas para operar a propalada rutura estrutural.⁶⁷ Terminada a fase dos primeiros expurgos políticos, a rearticulação colocou alguns problemas táticos que acarretaram as primeiras grandes divergências. Seu reflexo no sistema eleitoral se fez sentir nas eleições de 1966.

O Partido Comunista Brasileiro continuou como adepto irrestrito da aliança dos setores progressistas com vistas ao restabelecimento das liberdades democráticas num futuro governo de coalisão;⁶⁸ baseado nesta perspectiva, sua ação consistiu em intervir nas eleições de 1966 usando formas de aliança com vistas a eleger elementos de sua confiança, fazendo uso da legenda do partido oposicionista.⁶⁹

Setores ideologicamente mais radicais empreenderam em 1966 uma campanha nacional de grande repercussão, notadamente nos maiores centros urbanos, com vistas à anulação de votos. Fundamentou-se tal perspectiva no reconhecimento da impossibilidade de transformação estrutural a partir dos meios de atuação considerados legítimos pelo sistema.

No período compreendido entre 1966 e 1970 formaram-se grandes grupos dissidentes, originários da luta interna nas organizações de esquerda tradicionais. A busca de níveis crescentes de radicalização levou-os a uma

⁶⁷ Ver Ianni, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio, Editora Civilização Brasileira, 1968, cap. VII.

⁶⁸ Sobre a estratégia adotada pelo PCB, ver um levantamento crítico acurado em Prado Jr., Caio. op. cit.

⁶⁹ Este tipo de atuação persistiu no estado de Goiás e pode ser comprovado pelas notícias divulgadas pelo *Jornal do Brasil*, nos dias 17 e 24 de agosto de 1972, 1.º caderno. Sob o título Autoridades desarticulam Partido Comunista goiano realizando vinte prisões o artigo relata como "A prisão de um elemento ligado à cúpula estadual do P.C., em julho último, permitiu a informação da iminência de reuniões dos comitês municipais, quando seriam eleitos novos membros e decidida a participação clandestina do P.C. nas eleições de novembro próximo, através dos Partidos Políticos" (grifo nosso).

Esta atuação verificou-se principalmente em Goiânia e Anápolis, com os candidatos a vereadores.

oposição cada vez mais marginal com relação à estrutura política legal; a opção por meios revolucionários com vistas à transformação estrutural fez com que as alternativas eleitorais perdessem sentido.

Desta forma, nas eleições de 1970, ainda que algumas referências surgissem à continuidade do procedimento de anulação, não se verificou uma campanha política em torno deste objetivo, visto que, aos seus antigos promotores, já não mais se mostrava viável esta alternativa de oposição. Ainda assim nos grandes centros urbanos manteve-se uma elevada percentagem de votos nulos.⁷⁰

Verificou-se em 1966 que o grau de oposição ao sistema político se expressaria em termos eleitorais pela sequência votos nulos — MDB — votos brancos, tomada em ordem decrescente.

Em vista destas considerações, a análise do período eleitoral mais recente não permitiu a transferência mecânica de explicações adaptáveis a 1966, supondo tratar-se de processos indiferenciáveis.

Sendo o estado de Goiás o nosso objetivo de análise, buscamos então verificar de que modo estas posições nacionalmente assumidas se teriam refletido numa região em que continuam vigentes, ainda que sob novos rótulos, os partidos políticos tradicionais.⁷¹

Contudo as informações socioeconômicas de que dispúnhamos restringiram nossa análise ao estudo das possíveis determinações da urbanização sobre a distribuição dos votos em 1970.⁷²

A análise das correlações de Pearson entre a proporção de pessoas residentes em cidades e vilas (urbanização) e votos nestas eleições pode ser sintetizada no quadro abaixo.

Podemos observar que, diferentemente das eleições de 1962 anteriormente analisadas, não se verificaram mudanças significativas quando transferimos o estudo das disputas por vagas no Legislativo Federal para o Estadual.

O MDB mostrou-se mais determinado pela urbanização que a Arena. De fato, quando analisamos, nas eleições para deputados federais, as relações destes partidos com a proporção de urbanos, controlada a população total, encontramos correlações parciais de + . 26 para o MDB e — . 19 para a Arena.

⁷⁰ Observa-se que enquanto para o Brasil a relação percentual entre votos nulos/eleitorado foi de 5% para São Paulo, atingiu quase 30%, chegando a 25% na Guanabara. Caso esta relação tivesse no denominador dados de comparecimento aumentaria estes resultados para 7% no caso do Brasil, 33% para São Paulo e 27% para a Guanabara. Utilizaram-se dados publicados no jornal *Correio Brasiliense*, de 21-2-72., 1.º caderno, p. 2.

⁷¹ Convém relembrar que a Arena foi constituída fundamentalmente pelos integrantes da antiga UDN e o MDB sobretudo pelos membros da tradicional aliança PSD-PTB em Goiás.

⁷² Isto se justifica pelo fato de que os dados do censo de 1970 ainda não foram publicados, a não ser os preliminares do censo demográfico.

Quadro 4

URBANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS (1970)
COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

	Urbanização	
	(Deputados Federais)	(Deputados Estaduais)
MDB	.31	.32
Nulos	.04	.09
Branços	-.16	-.23
Arena	-.23	-.22

Os votos nulos, diferentemente dos resultados obtidos em 1966 a nível nacional, não apresentaram uma determinação a partir da urbanização. Uma possível explicação poderia ser encontrada no fato de que, sendo um dos estados que compõem a região subdesenvolvida do País, a política goiana estaria nitidamente dominada por padrões tradicionais.

Isto não significa que permaneça a dominação oligárquica nos moldes em que se mantivera até 1964; com a criação dos novos partidos políticos e conseqüente passagem do grupo ludoviquista para a oposição, desagregou-se, de certa forma, o seu aparelho de sustentação.

É bastante interessante a análise deste período. Em 1964 tropas do Exército derrubaram Mauro Borges (filho de Pedro Ludovico) do governo do estado. O próprio Ludovico foi, em seguida, alvo de cassação. Após estes acontecimentos desapareceu o controle sobre os que exerciam o governo estadual, que Ludovico conseguira manter sem interrupção por 14 anos (1950-64). Após um período de interventoria, foram da Arena os dois governadores que se seguiram.

Contudo a dominação pessedista permaneceu quando tomada a nível municipal, desde que continuam funcionando aí as suas bases de sustentação.⁷³ Mesmo depois do novo regime partidário, o MDB conseguiu manter o controle das prefeituras dos dois mais importantes centros urbanos do estado — Goiânia e Anápolis.

Entretanto, o processo de desagregação da dominação de Ludovico não sofreu solução de continuidade. A prova mais cabal está em que seu filho, Pedro Ludovico Teixeira Júnior, não consegue se eleger para senador na atual legislatura. Apesar de ter sido o segundo mais votado dos candidatos do MDB (249.472 votos), as três vagas senatoriais disponíveis são ocupadas pela Arena.

⁷³ É interessante notar que as eleições indiretas para o governo do estado contribuíram para solapar as bases da dominação pessedista.

Vale ressaltar que entre os três senadores eleitos pela Arena, um deles pertence à família dos Caiado (Emival Ramos Caiado); entre os sete deputados federais eleitos por este mesmo partido, notamos outro Caiado (Brasílio Ramos Caiado); entre os 21 arenistas eleitos para deputados estaduais figuram mais dois Caiado (Elcival Ramos Caiado e João de Ramos Caiado Filho).⁷⁴

O MDB conseguiu eleger apenas quatro candidatos ao Legislativo federal e 12 ao estadual. Esta inferioridade do partido oposicionista poderia ser devida a três fatores mais importantes:

a) As cassações de figuras de liderança do MDB (como Mauro Borges e Pedro Ludovico) exerceram um efeito bastante prejudicial sobre a agremiação; na medida que os mesmos constituíam um grupo que mantinha o prestígio a partir da dominação do aparelho político-partidário, verificamos que a perda deste controle implicou a incapacidade de manter o poder político; ainda que se tratassem de grandes proprietários, não o eram na extensão hegemônica sobre os meios de produção, como o foram os Caiado no tempo áureo da sua dominação;

b) O adesismo é outro fator importante; verificando-se a proveniência partidária dos atuais eleitos pela Arena, observamos que de 11 candidatos arenistas a deputados federais (sete eleitos e quatro suplentes), cinco pertenceram ao PTB ou à Coligação Democrática (da qual participou o PTB) nas eleições de 1962.

c) Outro fenômeno importante refere-se à não-recandidatura em 1970 dos tradicionais líderes petebistas e, sobretudo, pessedistas.

Considerando que foram estes dois antigos partidos as áreas mais importantes de recrutamento de que lançou mão o MDB, e atinando para estas três observações acima, podemos entender como as mesmas determinaram a desorganização das antigas estruturas partidárias desfavorecendo a agremiação oposicionista.

Tomando-se a Arena como o partido representante dos interesses do grupo no poder, poderíamos analisar as correlações entre este partido e as outras alternativas de voto, no sentido de verificar onde repousaria a forma mais acentuada de oposição. Isto é dado pelo quadro abaixo.

Verificamos então que o voto no MDB mostrou-se a forma mais consistente de oposição à Arena (e, logo, aos que estão no governo). A própria constância do alto coeficiente (— . 84) tanto nas eleições para o Legislativo federal quanto para o estadual, confirma esta nossa conclusão.

Quanto aos votos nulos verificamos que, ao contrário do que se passou a nível federal,⁷⁵ em Goiás eles não parecem ter significado uma oposição

⁷⁴ No momento em que escrevíamos o trabalho, uma violenta polêmica foi aberta pelo partido da oposição que acusava o governo estadual de manter uma situação de oligarquia. Esta polêmica foi amplamente noticiada pelos jornais que chegaram a citar 35 nomes de membros da família Caiado em cargos políticos ou de confiança no quadro do Poder Executivo estadual.

⁷⁵ Informações fornecidas por Gláucio Ary Dillon Soares.

Quadro 5

FORMAS DE OPOSIÇÃO AO SITUACIONISMO (1970)
COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

	ARENA	
	Deputados Federais	Deputados Estaduais
MDB	-.84	-.84
Branços	-.36	-.44
Nulos	-.09	-.19

ideologicamente consubstanciada, mantendo, na maioria das vezes, um caráter apolítico.

Por sua vez, os votos brancos ainda que demonstrando uma relativa oposição ao situacionismo expressam-na em um grau bastante menos acentuado que o MDB. Este, por congrega tanto os remanescentes da antiga oligarquia dominante, quanto tendências esquerdizantes continua a se apresentar como um meio eficaz de oposição, seja à oligarquia vitoriosa, seja ao sistema político.

O comparecimento às eleições, que poderia demonstrar uma maior ou menor situação de apatia por parte do eleitorado, não parece ter sofrido uma variação considerável de 1962 para 1970. Assim é que para 1962 o comparecimento tinha sido de 79% para o Brasil e 67% para Goiás; em 1970 temos 77% para o Brasil enquanto que Goiás sobe para 71%.

Analisando a continuidade dos dois partidos através de correlações de Pearson, observa-se que os votos dados aos candidatos da Arena estadual se correlacionam em .95 com os votos dos candidatos federais; para o MDB esta correlação foi de .99 confirmando assim o alto grau de compatibilidade no comportamento dos partidos em ambas as votações.

As análises empreendidas para os três períodos levam-nos a duas conclusões mais importantes:

1.^a) Verificamos ainda que Goiás se aproxima bastante do modelo teórico da "política do atraso": os conflitos interoligarquicos, a importância do controle da terra, a fraca determinação socioeconômica sobre os votos dos partidos, o reduzido grau de ideologização compõem o quadro da política do subdesenvolvimento, da qual Goiás é um dos representantes.

A mais importante característica do momento político atual no estado está estreitamente vinculada a esta conclusão: enquanto que a desagregação do domínio de Ludovico advém da perda do poder político, a

reaparição dos Caiado se fundamenta na manutenção do poder socio-econômico que conseguiram assegurar e que lhes garantiu o retorno.

2.^a) Nossa tentativa de explicação do radicalismo a nível intra-estadual veio confirmar a "teoria do hiato", exposta anteriormente. É nos municípios mais desenvolvidos ou, mais exatamente, nas zonas eleitorais compostas por municípios mais desenvolvidos, que o radicalismo político encontra um campo mais fértil para a sua expansão. A justificativa para esta conclusão está no fato de que nelas se efetiva o maior hiato entre o nível de desenvolvimento econômico e a distribuição em massa destes benefícios que dele decorrem; esta distribuição mostra-se altamente restrita em termos de grupos e classes sociais.

Percebemos assim que esta teoria manteve o seu poder de explicação científica quando testada a sua aplicabilidade a outras unidades de análise.

FUNDAÇÕES — NO DIREITO, NA ADMINISTRAÇÃO

Inúmeras questões, de vivo interesse e atualidade, são expostas e discutidas por Homero Senna e Clóvis Zobarán Monteiro neste livro que é o mais completo tratado sobre as **fundações** em língua portuguesa. De grande utilidade para administradores, advogados, alunos de Faculdades de Direito, Economia e Escolas de Administração, a obra estuda também outras categorias de pessoas, tais como autarquias, sociedades de economia mista e empresas públicas.

A venda nas principais livrarias ou pelo reembolso postal. Pedidos para a Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, Praia de Botafogo, 188, Caixa Postal 21.120, ZC-05, Rio de Janeiro, GB.